

Entrevista com Talíria Petrone sobre o legado político de Marielle Franco

Ítalo Pires Aguiar

italo.pires.aguiar@gmail.com

Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-Rio e Secretário-geral da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ

Clara Monteiro Vieira

claramonteirovieira@gmail.com

Graduanda em Ciências Sociais pela PUC-Rio, pesquisadora PIBIC em ciência Política

Juliana Lima de Oliveira

Bonekamp

bonekampj@gmail.com

Graduanda em Ciências Sociais pela PUC-Rio, pesquisadora PIBIC em Antropologia

Letícia Bragança de Castro

leticiabdecastro@outlook.com

Graduanda em Direito pela PUC-Rio

Introdução

No dia 14 de março de 2018, foi assassinada a tiros a vereadora carioca Marielle Franco, juntamente com o motorista do carro em que ela se encontrava, Anderson Gomes. Desde então, tornou-se uma figura política homenageada mundialmente. Seu assassinato repercutiu em manifestações, não só no Brasil, mas também na França, Argentina e outros países, que exigiam respostas por sua morte e a condecoravam enquanto símbolo de resistência e luta pelos direitos de minorias políticas.

Socióloga formada pela PUC-Rio e mestre em administração pública pela UFF, quinta vereadora mais votada, em 2016, para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Marielle coordenou a comissão de Direitos Humanos da ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), à época presidida pelo hoje deputado federal Marcelo Freixo. Oriunda do Complexo da Maré, foi a realidade da vida na comunidade que a levou a ingressar na causa dos direitos humanos, sobretudo quando perdeu uma amiga por bala perdida.

Com esta entrevista, propõe-se discutir o legado que a vereadora Marielle Franco deixou na política brasileira, passado mais de um ano de sua execução. Entrevistamos uma de suas companheiras de militância e amiga, a atual deputada federal Talíria Petrone. Talíria é graduada em história pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre em serviço social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Acompanhou a trajetória de Marielle desde que se conheceram em 2010, e, em 2016, foi eleita vereadora de Niterói, no mesmo período em que Marielle era eleita para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Ambas mulheres negras e oriundas de favelas, representantes de um grupo tradicionalmente segregado do espaço político, compartilhavam também das mesmas pautas, levantando a voz pelos direitos de uma maioria historicamente minimizada e silenciada.

Entrevista

O que o assassinato de Marielle Franco pode revelar sobre a qualidade da democracia brasileira?

Talíria Petrone: A execução política de uma vereadora eleita legitimamente pelo povo mostra o quanto a nossa democracia está sob forte ataque. Estamos falando de um crime político, do qual até hoje ainda não temos a confirmação de quem foram os seus mandantes. Marielle foi assassinada num país que é um dos que mais matam defensores de direitos humanos, numa explícita tentativa de calar a voz dos que lutam por melhores condições de vida do povo negro, de mulheres, da população LGBT, dos povos indígenas e quilombolas, dos trabalhadores do campo e do povo da periferia. São muitos os interesses daqueles que tentam impedir que movimentos sociais continuem reagindo, numa relação entre Estado, polícia, milícias e o poder econômico. Entendo que a nossa democracia, que já é tão frágil e que para muitos setores da população sequer é garantida, está cada vez mais sob ameaça, mais notadamente nessa conjuntura em que o presidente da República faz apologia à ditadura e à tortura e defende, explicitamente, as opressões.

Mulheres negras na política são historicamente minorias. Como a figura de Marielle, enquanto vereadora negra e periférica, a seu ver, pode ter influenciado nas últimas eleições; e qual a importância de uma representatividade mais significativa desses setores da população no espaço político?

Talíria Petrone: Marielle fazia o enfrentamento cotidiano naquela Câmara Municipal, composta majoritariamente por homens brancos, heterossexuais e oriundos de uma classe diferente da que ela defendia. As pautas pelas quais ela brigava são as pautas que a maioria dos demais vereadores não defendem até hoje. Ela trazia em seu corpo político a cor, a classe, a orientação sexual e o endereço dos setores que mais sofrem com os ataques do Estado opressor. Os legados políticos de Marielle são muitos e a sua atuação mostrou para o Brasil a necessidade de termos mais mulheres negras e periféricas ocupando espaços na política institucional. Foram muitas as candidaturas Brasil afora inspiradas na luta da Mari. Muitas mulheres negras que se colocaram nesse enfrentamento, com a compreensão de que é preciso muitas de nós para mudar a forma de fazer política. O desafio é grande

e, embora pareça que esses espaços não sejam reservados para nós, precisamos disputar e entrar com força para dar seguimento à luta pelos direitos de quem não tem voz.

Em sua opinião, qual a contribuição das leis e projetos de lei da Marielle, assim como de sua atuação política como um todo, para o avanço na promoção dos direitos humanos na cidade do Rio de Janeiro?

Talíria Petrone: Como eu disse em resposta à pergunta anterior, Marielle era uma defensora de direitos humanos que levou para a Câmara Municipal do Rio as pautas de interesses das mulheres, de negras e negros, da população LGBT e do povo da favela. Isso norteava a sua atuação como vereadora e todas as suas ações e iniciativas são resultado dessa concepção de luta. Tudo que ela conseguiu encaminhar no pouco mais de um ano de mandato de vereadora e os projetos aprovados mesmo depois de sua execução ficaram como legados para o nosso enfrentamento diário por direitos.

De que forma a Marielle influenciou na sua carreira política como vereadora e agora como deputada federal?

Talíria Petrone: Marielle e eu éramos companheiras de partido, atuávamos juntas nas diversas frentes que envolvem as pautas do feminismo negro e fomos eleitas vereadoras no mesmo período, ela no Rio e eu em Niterói. Entramos juntas na disputa da política institucional e tínhamos muitas pautas em comum, mas já atuávamos antes, cada uma em sua militância prioritária. Iniciei minha militância no PSOL em 2010 e em 2016 fui eleita a vereadora mais votada em Niterói. Por mais de um ano, fui a única mulher na Câmara Municipal e também fui presidente da Comissão de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, com um dos mandatos mais jovens e propositivos da casa. Depois da execução política da minha amiga, muita coisa mudou. Vimos a necessidade de dar consequência política a esse crime que marca nossa ainda frágil e incompleta democracia. Decidimos juntas não ter mais receios de ocupar cada vez mais o poder com os nossos corpos e vozes. Sabíamos que era preciso coragem para avançar na construção da sociedade que queremos. Assim, em 2018, fui eleita deputada federal pelo PSOL, com 107.317 votos — a nona mais votada do estado do Rio de Janeiro.

Na sua opinião, qual o legado de Marielle para uma nova forma de fazer política?

Talíria Petrone: São muitos os legados. Mas o principal é o que eu disse sobre a importância das mulheres negras ocuparem, com os seus corpos, os espaços da política, levando as demandas do nosso povo. Uma atuação diferente da velha lógica dos conchavos de gabinetes, que dialogue com a juventude, com a periferia, com os setores que historicamente foram preteridos nesses espaços e que nunca foram ouvidos. Um legado que mostra que, apesar do racismo estrutural que cerceia a nossa voz, é possível conquistar avanços a partir de nossa luta e enfrentamento. Eles silenciaram o corpo da Mari, mas não calaram suas ideias. Quando falamos que ela é semente, é para dizer que há muitas mulheres negras dispostas a não se curvar diante das imposições que o racismo nos coloca. E há muitas dispostas a seguir esse legado para uma nova forma de fazer política.